

Perfil discriminante de sujeitos com histórico de violência conjugal: O papel dos Esquemas Iniciais Desadaptativos

Discriminant profile of subjects with a history of domestic violence:
The role of Early Maladaptive Schemas

Perfil discriminante de sujetos con antecedentes de violencia
doméstica: El papel de los Esquemas Tempranos Maladaptativos

Kelly Paim ✉
Denise Falcke

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

RESUMO

O presente estudo é fundamentado na teoria de Jeffrey Young e tem como objetivo descrever um perfil discriminante dos sujeitos que apresentam histórico de violência conjugal física e dos que não apresentam. A amostra foi constituída por 341 participantes. Os instrumentos utilizados foram: Young Schema Questionnaire, Revised Conflict Tactics Scale e o Family Background Questionnaire. Obteve-se uma função discriminante entre sujeitos com histórico de violência conjugal física e sujeitos sem histórico ($\chi^2=43,098$, $p=0,045$), agrupando significativamente as variáveis: esquema de desconfiança/abuso, esquema de defectividade/vergonha, esquema de dependência/incompetência, esquema de subjugação e esquema de isolamento social na direção dos sujeitos com histórico de violência física conjugal. Já os sujeitos sem histórico foram caracterizados por uma maior funcionalidade na família de origem, caracterizada pela ausência de abuso físico paterno, abuso sexual, abuso físico materno, negligência física, bem como por um estilo de decisão materno adequado, aliança parental e ajustamento psicológico paterno e materno.

Palavras-chave: relações conjugais, violência conjugal, esquemas iniciais desadaptativos.

ABSTRACT

The current study is based on the Schema Therapy developed by Jeffrey Young and aims to describe a discriminative profile of individuals with a history of physical marital violence and from individuals that does not show history. The sample consisted of 341 participants. The instruments used were: Young Schema Questionnaire, Revised Conflict Tactics Scale and the Family Background Questionnaire. A discriminative function among individuals with a history of physical marital violence in the current relationship and individuals with no history violence were found ($\chi^2 = 43.098, p = 0.045$) by grouping the variables: mistrust/abuse schema, defectiveness/shame schema, dependence/incompetence schema, subjugation schema and social isolation schema towards the individuals with a history of marital violence. The individuals without a history of marital violence were characterized by greater functionality in the family of origin, characterized by the absence of father's physical abuse, sexual abuse, maternal physical abuse, physical neglect, well as a style of adequate maternal decision, parental alliance, paternal and maternal psychological adjustment.

Keywords: couples, marital violence, early maladaptive schemas.

INTRODUÇÃO

A violência conjugal é descrita por Coker (2000) como qualquer agressão física, sexual ou psicológica através da qual um indivíduo tenta estabelecer e manter controle e poder sobre seu parceiro. A agressão física pode ser caracterizada por comportamento que utilize força física, gerando danos corporais ou destruição de propriedade; a agressão sexual está relacionada a atos sexuais não consensuais ou que visam humilhar o parceiro em relação a seu corpo, desempenho sexual ou sexualidade; já a agressão psicológica tende a se manifestar através da intimidação, humilhação, ameaças, agressões verbais, isolamento social e dependência financeira forçada.

A violência física por parceiro íntimo é categorizada por Strauss (2008; 1990) em dois tipos: agressão física menor e agressão física grave. O autor considera que a agressão física menor é frequentemente encontrada na população geral e, como não represen-

ta os casos que buscam os serviços de atendimento ou proteção, possui dados imprecisos sobre sua prevalência. Ser empurrado ou empurrar, agarrar ou ser agarrado, dar ou receber um tapa, jogar objetos no parceiro, torcer o braço e puxar o cabelo são considerados pelo autor como episódios de violência menor. A violência física grave tem prevalência inferior a 1% na população geral (Straus, 2008), sendo considerada um fenômeno único e com etiologia particular (Johnson & Ferraro, 2000), além disso, deve ser diferenciada no que se refere a medidas interventivas por se tratar de um funcionamento conjugal patológico (Strauss, 2008). Dar um soco, bater no parceiro, chutar, bater contra uma parede, queimar ou escaldar, usar uma faca ou arma de fogo são comportamentos considerados violência física grave contra parceiro íntimo (Straus, 1996; 1990).

O relacionamento violento entre casais vem sendo entendido como um problema de saúde pública mundial e, ao longo dos últimos anos, muitos estudos

buscam mapear sua prevalência ao redor do mundo. Mundialmente, pesquisas revelam que entre 22% e 49,5% das mulheres reportam alguma experiência de abuso vivida por parte de seus companheiros afetivos (Ansara & Hindin, 2009; Fehring & Hindin, 2009; Jaoko, 2010; Meekers, Pallin & Hutchinson, 2013; Stenson & Heimer, 2008; Yoshima & Horrocks, 2010). No Brasil, segundo dados da OMS (2005), uma em cada três mulheres afirma já ter sofrido algum tipo de violência cometida pelo parceiro. Mathias, Bedone, Osis e Fernandes (2013), em um estudo com 2.379 mulheres com idades entre 18 e 60 anos no estado de São Paulo, encontraram uma prevalência ainda mais elevada. Os resultados evidenciaram que 55,7% das mulheres sofriam violência cometida pelo parceiro íntimo. Quando especificado o tipo de violência, a psicológica se mostrou a mais comum (53,8%), seguida pela física (32,2%) e pela violência sexual (12,4%). Já a pesquisa de Strauss (2008), sobre violência física em 32 países, revelou que um terço de estudantes de ambos os sexos viveram esse tipo de violência em seus relacionamentos íntimos nos últimos 12 meses.

Ainda que os índices já sejam alarmantes, alguns autores sugerem que ainda não são representativos da realidade, pois muitos episódios de violência não são identificados, notificados ou denunciados (Alvim & Souza, 2005; Falcke, Oliveira, Rosa, & Bentancur, 2009; Meekers et al., 2013; Strauss, 2008). As limitações dos serviços de atendimento às vítimas, a ideia de que as agressões são vivências normais nos relacionamentos, bem como medo, vergonha e tendência de manter o assunto como segredo familiar podem explicar a dificuldade de resultados exploratórios mais fidedignos. Outra limitação encontrada nos estudos, diz respeito a pouca atenção a violência sofrida pelos homens. Nesse sentido, Falcke et al. (2009)

salientam que os levantamentos sobre as situações de violência nos relacionamentos íntimos, em sua maioria, utilizam os dados das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres, o que ocasiona uma visão unilateral do fenômeno. Alguns autores estão mudando tal perspectiva, entendendo que a visão dicotômica do homem agressor e mulher vítima precisa ser questionada (Bates, Graham-Kevan & Archer, 2013; Bernards & Graham, 2013; Falcke et al., 2009; Oliveira & Souza, 2006).

Muitas variáveis estão sendo associadas à ocorrência de violência conjugal, mas nenhuma delas tem unanimidade entre os estudos de âmbito internacional. Bernards e Graham (2013) investigaram a relação entre estado civil e violência cometida por parceiro íntimo em 19 países. Os resultados sugerem que há um risco mais baixo de violência nas relações com casamento oficializado, entretanto, os índices variaram entre diferentes países, mostrando que a cultura também é uma variável importante para compreensão do fenômeno. Em outro recente estudo, com 2.379 mulheres entre 18 e 60 anos, realizado em São Paulo, Mathias et al. (2013) identificaram que não ter um parceiro fixo, ter menos de 8 anos de escolaridade e pertencer à classe econômica mais baixa aumentam o risco para todos os tipos de violência cometida por parceiro íntimo.

Diversos autores afirmam que pertencer a uma família violenta, bem como vivenciar estresse e a ausência de carinho na família de origem são fatores determinantes para a perpetuação da violência, evidenciando uma perspectiva transgeracional (Boyle, O'Leary, Rosenbaum & Hassett-Walker, 2008; Fang & Corso, 2007; Fang & Corso, 2008; Fergusson, Boden & Horwood, 2006; Godbout *et al.*, 2009; Kerley, Xu, Sirisunyaluck & Alley, 2010; Milner *et al.*, 2010; Pournaghash-Tehrani & Feizabadi, 2009; Wang,

Horne, Holdford & Henning, 2008; Weisbart *et al.*, 2008; Wareham, Boots & Chavez, 2009). Com isso, a importância da família na transmissão da violência conjugal, seja como parte do aprendizado de relações íntimas, seja pelo processo de naturalização do fenômeno, é ressaltada em diversos estudos (Milletich, Kelley, Doane, & Pearson, 2010; Pournaghash-Tehrani & Feizabadi, 2009; Santos & Costa, 2004; Renner & Slack, 2006;). Em uma pesquisa sobre os preditores de violência em namoros, realizada nos Estados Unidos, Simons, Simons, Lei, Hanckoc e Fincham (2012) confirmaram que tanto a exposição à agressão parental física e verbal quanto à hostilidade interparental são variáveis que aumentam a probabilidade de vivências violentas no namoro. Sendo assim, experiências abusivas precoces com cuidadores ensinam às crianças que a violência com aqueles que amamos é normal ou aceitável (Straus, 1990; Straus & Gelles, 1990). Tal crença, por sua vez, aumenta a probabilidade do estabelecimento de um padrão violento de interação na vida adulta, tanto para vitimização quanto para perpetração da violência (Kerley *et al.*, 2010; Milner *et al.*, 2010).

Também considerando as experiências precoces de interação com os cuidadores como fundamentais para a estruturação da personalidade, Young (1990) destaca a busca por relações amorosas que mantenham um padrão relacional aprendido nas relações primárias. O autor considera a existência de estruturas cognitivas interpretativas rígidas, abrangentes, duradouras e disfuncionais, denominadas como Esquemas Iniciais Desadaptativos (EIDs), que são desenvolvidos na infância, mas que continuam trazendo prejuízos funcionais para o indivíduo ao longo da vida, principalmente nos relacionamentos interpessoais (Cecero & Young, 2001). A teoria propõe que experiências infantis estressantes, traumáticas e de frustrações noci-

vas são revividas em forma de lembranças, emoções, sensações corporais e cognições quando situações atuais ativam os EIDs.

As cinco necessidades emocionais do desenvolvimento infantil que precisam ser satisfeitas pelos cuidadores são: vínculos seguros com outros indivíduos; autonomia, competência e sentimento de identidade; liberdade de expressão e validação de necessidades e emoções; espontaneidade e lazer; limites realistas e autocontrole (Young, Klosko & Weishaar, 2003). Os EIDs tem sua origem nas necessidades não atendidas nas relações primárias, combinadas ao temperamento inato da criança e acontecimentos traumáticos na infância e adolescência. A tabela 1 evidencia a concepção de que cada necessidade emocional não satisfeita dá origem a um domínio de esquemas, composto por esquemas específicos que explicitam características pessoais e relacionais dos sujeitos.

A correlação entre EIDs e violência conjugal foi investigada por Paim, Madalena e Falcke (2012) em uma pesquisa com 163 sujeitos residentes na região metropolitana de Porto Alegre/RS. As autoras identificaram alguns EIDs mais vulneráveis à manutenção de relacionamentos violentos. O estudo apontou que os esquemas desconfiança/abuso, isolamento social, defectividade/vergonha, dependência/incompetência, emaranhamento, autossacrifício, grandiosidade/arrogância e autodisciplina/autocontrole insuficientes estão relacionados à perpetração da violência. Já os esquemas desconfiança/abuso, autossacrifício, emaranhamento, padrões Inflexíveis e autodisciplina/autocontrole insuficientes obtiveram correlação significativa com a vitimização de violência no relacionamento amoroso. Também foi identificada associação negativa entre EIDs e habilidade de negociação, o que ressalta o potencial destrutivo dos EIDs nos relacionamentos con-

jugais, tanto por potencializar estratégias de enfrentamento negativas de resolução de conflitos, entre elas a violência, como por minimizar o potencial de busca de acordo por meio da negociação.

Em um estudo qualitativo realizado com 20 mulheres com histórico de violência conjugal no Irã, Khosravi, Attari e Rezaei (2011) concluíram que os EIDs mais fortes entre estas mulheres foram: privação emocional, desconfiança/abuso e defectividade/vergonha, todos do primeiro domínio esquemático. A mesma pesquisa ainda destacou histórias de abuso psicológico, físico e sexual como conteúdos comuns na vida das mulheres entrevistadas. Crawford e Wright (2007) também investigaram as associações entre a história de abuso psicológico na infância, os EIDs e a violência conjugal em 301 universitários dos Estados Unidos. A história de abuso psicológico sofrido na infância apareceu como preditora de experiência da violência conjugal na vida adulta. Além disso, os esquemas de desconfiança/abuso, autossacrifício e inibição emocional mediarão a relação entre experiência de maus tratos na infância e vitimização pelo parceiro. Os pesquisadores também obtiveram resultados que indicaram que os esquemas de desconfiança, grandiosidade, inibição emocional e autocontrole insuficiente mediarão parcialmente a relação entre maus tratos psicológicos e perpetração de violência pelo próprio sujeito.

Outros estudos internacionais considerando os EIDs como variáveis importantes na violência conjugal também se destacam. O impacto do abuso psicológico sofrido na infância em mulheres com conflitos interpessoais foi estudado por Messman-Moore e Coates (2007) em uma pesquisa com 382 mulheres universitárias americanas. Os autores tinham como objetivo principal testar um modelo em que os esquemas do primeiro domínio eram variáveis media-

doras entre abuso psicológico na infância e conflitos interpessoais. Os resultados foram analisados através de modelagem de equações estruturais e mostraram que a relação entre abuso psicológico na infância e conflitos interpessoais foi mediada por três esquemas do primeiro domínio: desconfiança/abuso, defectividade/vergonha e abandono. Já Calvete, Estevez e Corral (2007) investigaram o papel dos EIDs como mediadores entre violência conjugal e sintomas depressivos em 312 mulheres vítimas de violência, oriundas da Espanha. Os resultados obtidos indicaram que os esquemas do domínio Desconexão e Rejeição também foram os que mais explicaram as associações entre violência e depressão. Desta forma, o estudo sugere que há um impacto duradouro do abuso psicológico na infância e que os efeitos da violência psicológica persistem através dos EIDs.

Considerando as variáveis que possam estar associadas à ocorrência de violência conjugal física e tendo como referencial teórico a Teoria do Esquema de Jeffrey Young, o presente estudo se propôs a diferenciar o perfil de sujeitos que apresentam histórico de violência física na relação conjugal atual em comparação aos sujeitos que não apresentam histórico. Acredita-se que os resultados auxiliem na compreensão sobre a violência conjugal, contribuindo para a elaboração de programas de intervenção e prevenção.

MÉTODO

Trata-se de uma investigação quantitativa, com delineamento comparativo.

PARTICIPANTES

Participaram deste estudo 341 sujeitos, heterossexuais, casados oficialmente ou em união estável por no

mínimo seis meses, residentes na região metropolitana de Porto Alegre/RS. Os participantes foram selecionados pelo critério de conveniência no formato

“bola de neve”. É importante ressaltar que estar em situação de violência não foi um critério de inclusão no estudo, sendo que a divisão dos grupos (com his-

Tabela 1 - Descrição dos Domínios e Esquemas (Young et al., 2003).

Domínio Conexão e Rejeição: Ligado à falta de ambiente seguro e estável, com vivências primitivas de experiências sociais negativas como abuso, frieza, rejeição ou isolamento social.	
Privação emocional	Expectativa negativa quanto à satisfação das necessidades de apoio emocional pelo parceiro(a).
Abandono	Não consegue confiar no parceiro(a) e percebe as relações como instáveis, gerando a constante expectativa de abandono.
Desconfiança/abuso	As relações são percebidas como perigosas e abusivas. Espera sempre ser enganado, traído ou machucado pelo parceiro(a).
Isolamento social	Não consegue ter a sensação de pertencimento a um grupo, comunidade ou relacionamento amoroso, considerando-se diferente.
Defectividade/vergonha	Enxerga-se defeituoso, indesejado, inferior e, por isso, não merecedor do amor e valorização. Hipersensibilidade à crítica, insegurança, vergonha e postura autoacusatória são características de pessoas com este esquema.
Domínio Autonomia e Desempenho Prejudicados: Relacionado a experiências primitivas de superproteção e falta de um ambiente encorajador da autonomia.	
Fracasso	Acredita que nunca terá conquistas e sucessos como as outras pessoas, pois enxerga-se como fracassado em todas as áreas, incluindo a vida conjugal.
Dependência/incompetência	Crenças ligadas à incapacidade e incompetência. Não se sente capaz de executar as responsabilidades sem a ajuda dos outros.
Vulnerabilidade Emaranhamento	Medo constante em relação à saúde física e emocional, bem como a catástrofes externas. A individualização nos relacionamentos íntimos é inexistente, pois há extrema intimidade, envolvimento emocional exagerado e falta de privacidade.
Domínio Limites Prejudicados: Ligado a ambiente exageradamente permissivo, tolerante ou indulgente.	
Grandiosidade/arrogo	Foco exagerado na busca pela superioridade para obter poder, controle, atenção ou aprovação.
Autocontrole/autodisciplina insuficientes	Constante evitação de possíveis desconfortos, tais como, dor, conflito e responsabilidade. Pouco autocontrole e baixa tolerância à frustração.
Domínio Orientação para o Outro: Refere-se a um ambiente de aceitação condicional. Foco excessivo para os desejos e sentimentos dos outros, em função da constante busca de obtenção de amor.	
Subjugação	Há uma submissão excessiva ao controle dos outros, enxergando seus desejos, opiniões e sentimentos como pouco importantes.
Auto sacrifício	Tendência a suprir as necessidades das outras pessoas, à custa das suas próprias necessidades. Vivências de ressentimento nas relações são comuns, pois sente que suas necessidades não estão sendo satisfeitas.
Busca de a aprovação	A autoestima está condicionada à aceitação social, por isso, há uma busca constante de aprovação, reconhecimento ou atenção das outras pessoas.
Domínio Supervigilância e Inibição: Caracterizado pela dificuldade de autoexpressão, relaxamento e estabelecimento de relacionamentos íntimos em razão da ênfase excessiva na supressão dos sentimentos, dos impulsos e das escolhas pessoais espontâneas.	
Inibição Emocional	Falta de espontaneidade, autocontrole excessivo e inibição de sentimentos para evitar desaprovção alheia, constrangimento ou perda do controle.
Padrões Inflexíveis	Perfeccionismo, regras rígidas e intensa preocupação com eficiência, gerando constante dificuldade para relaxar, sentir prazer e postura crítica exagerada.
Negativismo/Pessimismo	Atenção exagerada aos aspectos negativos das situações geram para estas pessoas preocupações constantes, queixas e indecisão crônica.
Postura punitiva	A crença de que as pessoas precisam ser punidas quando cometem erros gera intolerância a imperfeição humana e dificuldade de empatia.

tórico de violência física na relação conjugal atual e sem histórico) foi feita posteriormente com base nas respostas do instrumento sobre violência conjugal. Os grupos definidos como *com histórico de violência física na relação atual e sem histórico* foram categorizados a partir da pontuação dos critérios do instrumento CTS2 descritos por Strauss (2008) para violência física global, que inclui as dimensões violência física grave e menor. A violência física menor consiste em empurrar, agarrar, dar tapa, jogar, torcer o braço e puxar o cabelo. Já a violência física grave contra parceiro íntimo contempla dar um soco, bater, chutar, bater contra uma parede, queimar ou escaldar, usar uma faca ou arma de fogo (Strauss, 2008; 1990). Também é importante ressaltar que foram consideradas somente as percepções do sujeito como autor de violência e não como vítima. Além disso, o período de violência (atual ou passado) não foi diferenciado. Dos 362 participantes que responderam ao questionário, 21 foram excluídos por terem deixado questões em branco no questionário, dificultando a sua classificação em um dos dois grupos definidos.

No grupo sem histórico de violência física contra o parceiro, a idade dos sujeitos variou entre 19 e 79 anos, com média de 41,34 anos (DP= 12,57). A maioria tinha ensino superior completo (49,4%), exercia alguma atividade remunerada (83,3%) e nunca tinha sido casado anteriormente (78,6%). Além disso, 57,9% encontravam-se casados oficialmente e o tempo de relacionamento atual variou entre 1 e 56 anos, com média de 15,57 anos (DP =12,09). A maioria dos sujeitos tinha pelo menos um filho (66,2%).

No grupo com histórico de violência física contra o parceiro, a idade dos sujeitos variou entre 19 e 60 anos, com média de 35,34 anos (DP= 10,28). A maioria tinha ensino superior completo (46,8%), exercia

alguma atividade remunerada (87,4%) e nunca tinha sido casado anteriormente (80,9%). Além disso, 52,5% encontravam-se casados oficialmente e o tempo de relacionamento atual variou entre 2 e 35 anos, com média de 12,04 anos (DP =8,54). A maioria dos sujeitos também tinha pelo menos um filho (66,2%). Cabe ressaltar que não houve diferença significativa em nenhuma das variáveis sociobiodemográficas analisadas, podendo-se considerar que os grupos eram homogêneos nestes parâmetros.

Instrumentos

Questionário de Dados Sociodemográficos: questionário fechado, composto por 23 questões, com o objetivo de fazer o levantamento dos dados sóciobiodemográficos do sujeito. Idade, nível de escolaridade, ocupação, renda e tempo de relacionamento atual, são alguns itens que compõem o questionário.

Subescalas do Family Background Questionnaire (FBQ): O FBQ (Melchert, 1998) é um questionário fechado que contém 179 itens para serem respondidos em escala Likert de cinco pontos, objetivando obter um valor global da funcionalidade da família de origem. Possui 15 subescalas que abrangem diversas variáveis que têm sido identificadas como potencialmente importantes no desenvolvimento infantil. A aplicação é dirigida a adultos e são avaliadas as recordações que os sujeitos têm sobre as experiências que vivenciaram nas suas famílias de origem até os 18 anos. Para esse estudo, foram utilizadas as subescalas: negligência física, abuso físico paterno, abuso físico materno, abuso sexual, abuso de substâncias paterno, abuso de substância materno, ajustamento psicológico paterno, ajustamento psicológico materno, aliança parental, estilo de tomada de decisão paterno e estilo de decisão materno. Foi traduzido e adaptado para o português por Falcke (2003), de-

monstrando boa validade de constructo e consistência interna. No presente estudo, o coeficiente Alfa de Cronbach obtido para cada subescala foi: 0,864 para abuso físico paterno, 0,799 para abuso físico materno, 0,295 para abuso sexual, 0,776 para negligência física, 0,876 para estilo de decisão paterno, 0,876 para estilo de decisão materno, 0,937 para abuso de substância paterno, 0,877 para abuso de substância materno, 0,783 para ajustamento psicológico paterno, 0,706 para ajustamento psicológico materno, 0,865 para aliança parental. Os índices representam boa confiabilidade das subescalas, com exceção da subescala abuso sexual, o que pode ser explicado pelo fato de conter perguntas que abrangem o abuso por diferentes membros da família e outras pessoas. Sendo assim, por ser esperado que o abuso sexual ocorra por abusadores específicos, um índice baixo de confiabilidade interna torna-se compreensível. É importante ressaltar que embora alguns nomes das dimensões indiquem a variável negativa, a escala é pontuada na direção de funcionalidade da família de origem, ou seja, quando mais altos forem os escores, menor a ocorrência da variável.

A seguir, uma breve descrição das subescalas utilizadas: Abuso Sexual é a percepção de qualquer contato sexual do pai, mãe, irmãos, outros familiares ou outras pessoas; Negligência Física é a falta de cuidados físicos (alimentação, vestuário, condições de higiene e etc.); Abusivo Físico refere-se às lembranças de agressões físicas dos pais contra a criança; Estilo de Tomada de Decisão é a coerência de atitudes dos pais para com os seus filhos a partir dos quais se cria o ambiente emocional de segurança, confiança e estabilidade. Também contempla a capacidade de escuta e compreensão; Ajustamento Psicológico refere-se à saúde mental dos pais; Abuso de Substância diz respeito às lembranças quanto ao consumo de álcool e

outras drogas dos pais e as consequentes alterações comportamentais. Aliança Parental é o grau de acordo entre o pai e a mãe em relação às regras ou instruções aos filhos, além disso, também considera a capacidade de resolução de conflito do casal.

Young Schema Questionnaire (YSQ-S3): O YSQ – S3 (Young, 2003) na versão reduzida, composta de 90 itens, avalia 18 Esquemas Iniciais Desadaptativos que são mapeados por meio do somatório dos resultados de cada grupo de cinco questões. Os esquemas são categorizados em cinco grandes domínios. Essa categorização surgiu a partir da experiência clínica do autor, sendo refinada em estudos empíricos posteriores. Em sua maioria, os achados vinculados ao Questionário de Esquemas de Young demonstram resultados favoráveis quanto à consistência interna da escala e no que tange à sensibilidade discriminativa, considerando-se as diferenças entre grupos clínicos e não clínicos (Cazassa & Oliveira, 2008). A versão utilizada nesse estudo foi traduzida e adaptada para o português por Rijo e Gouveia (1999). No presente estudo, o coeficiente Alfa de Cronbach obtido para o Inventário dos Esquemas de Jeffrey Young foi de 0,962, indicando excelente confiabilidade;

Revised Conflict Tactics Scales - CTS2: A CTS2 foi concebida por Strauss, Hamby, Boney-McCoy e Sugarman (1996), e contém, no total, 78 itens que descrevem possíveis ações do respondente e, reciprocamente, de seu/sua companheiro/a. O instrumento é composto por cinco escalas que representam as seguintes dimensões: 1) violência física; 2) agressão psicológica; 3) coerção sexual; 4) lesão corporal; 5) negociação. Neste estudo, utilizou-se somente a subescala de violência física que é dividida em violência física grave e menor. Foi adaptada ao português por Moraes, Hasselmann e Reichenheim (2002). O

coeficiente Alfa de Cronbach obtido para a dimensão violência física foi de 0,832, indicando boa confiabilidade.

Sendo assim, a violência considerada para o presente estudo foi definida a partir da pontuação dos critérios do instrumento CTS2 descritos por Strauss (2008) para violência física global. Para este conceito, o autor utiliza tanto as agressões consideradas como agressão menor (empurrar, agarrar, dar tapa, jogar objeto, torcer o braço e puxar o cabelo), quanto às agressões definidas por ele como agressão grave (dar soco, bater, chutar, jogar contra a parede, queimar ou esquentar, usar uma faca ou arma de fogo). É importante ressaltar que foram consideradas somente as percepções do sujeito quanto aos seus comportamentos violentos contra o parceiro. Além disso, o período de violência (atual ou passado) não foi diferenciado, tendo sido considerado todo o histórico de comportamento agressivo cometido na relação atual.

Procedimento para Coleta de Dados

Os questionários foram respondidos na residência dos sujeitos ou em local que eles indicaram como mais adequado. Mesmo que os instrumentos tenham sido autoaplicáveis, um integrante da equipe de pesquisa esteve presente durante a aplicação para esclarecimento de possíveis dúvidas.

O projeto maior, intitulado “Variáveis Preditoras da Violência Conjugal: Experiências na família de origem, características pessoais e relacionais”, no qual o presente estudo se insere foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Unisinos e aprovado sob o parecer número 11/129. A pesquisa seguiu as recomendações éticas para a realização de estudos com seres humanos, de acordo com as

orientações das Resoluções 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde e 026/2000 do Conselho Federal de Psicologia.

Procedimento de Análise dos Dados

Os dados foram analisados através do programa *Statistical Package for Social Science* (SPSS), versão 20.0. Foram realizadas análises descritivas (média, desvio padrão e porcentagens) para a caracterização da amostra e divisão desta em dois grupos: *sujeitos com histórico de violência física contra o parceiro na relação atual* e *os sujeitos sem histórico*. Além disso, foi realizada análise discriminante para identificar quais variáveis das escalas FBQ e YSQ – S3 (variáveis independentes) discriminavam os grupos com e sem histórico de violência física conjugal conforme CTS2 (variável dependente).

RESULTADOS

A violência física grave cometida, considerando a própria avaliação, foi identificada em 7,6% dos sujeitos e a violência física menor em 24,2%. Quando considerados os dois tipos de violência física (violência física global) cometida contra o parceiro, ao longo da relação atual, o índice foi de 25,4%. Entre as mulheres, 23,6% cometiam violência contra o marido, enquanto que o índice entre os homens foi de 27,3%, não havendo diferença estatística significativa entre os sexos ($p=0.297$).

Percebe-se que a função obtida na análise entre sujeitos com histórico de violência física na relação atual e sem histórico, por ser única, explica 100% da variabilidade entre os dois grupos. A função discriminante é significativa ($\chi^2= 43,098$, $p=0,045$) e apresenta uma correlação canônica discriminante de 0,616 (Tabela 2).

Tabela 2 – Valores próprios da função obtida

Função	Valor próprio	Porcentagem de variância	Correlação Canônica	Wilks Lambda		DF	Sig
1	0,610	100,0	0,616	0,621	43,098	29	0,045

Tabela 3 – Classificação dos grupos

	Grupo com histórico	Grupo sem histórico	Total
Original com histórico de violência física contra o parceiro	82,3%	17,7%	100%
Original sem histórico de violência física contra o parceiro	25%	75%	100%

Tabela 4 – Matriz estrutural da função canônica discriminante: Correlações entre variáveis discriminantes e função discriminante estandardizada.

	Função 1
Abuso físico paterno	0,510
Esquema de desconfiança/abuso	- 0,371
Abuso sexual	0,349
Esquema de defectividade /vergonha	- 0,343
Abuso físico materno	0,318
Esquema de dependência/incompetência	- 0,280
Esquema de subjugação	- 0,257
Aliança parental	0,249
Negligência física	0,243
Esquema de isolamento social	- 0,243
Estilo de decisão materno	0,242
Ajustamento psicológico paterno	0,229
Ajustamento psicológico materno	0,212

Pode-se observar um λ de Wilks de 0,621, equivalente a uma variância explicada pela função discriminante de 29%. Com relação à classificação, a função obtida classifica corretamente 80,4% dos participantes em seus respectivos grupos, sendo um bom índice

de classificação preditiva através do perfil da função obtida (Tabela 3).

80,4% dos casos originais foram corretamente classificados

As variáveis significativas e mais relevantes na capacidade discriminativa entre sujeitos com histórico de violência física na relação atual e sem histórico estão ordenadas por tamanho absoluto de correlação na matriz estrutural, tendo como ponto de corte 0,200 (Tabela 4). O grupo dos sujeitos com histórico de violência física na relação atual apresentou valor centróide de -1,300, enquanto o grupo dos sujeitos sem histórico de violência física apresentou o valor de 0,461. Esses valores indicam que os grupos estão bem afastados pelo perfil obtido, podendo ser discriminados pelas variáveis apresentadas, sendo que o sinal das correlações obtidas indica a direção favorável a um grupo ou a outro. Os escores da escala FBQ (experiências na família de origem) indicam funcionalidade familiar, portanto, mesmo que alguns nomes das dimensões indiquem uma dimensão negativa, quando mais altos forem os escores, menos existe a presença da variável.

É possível observar que os valores que mais discriminam os sujeitos com histórico de violência física na relação atual dos sujeitos sem histórico, na direção dos primeiros, estão associados aos EIDs. Além disso, os valores referentes a uma maior funcionalidade da família de origem discriminam os grupos a favor dos sujeitos sem histórico de violência conjugal.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os índices gerais de violência física cometida contra o parceiro íntimo (25,4%) confirmaram a prevalência encontrada em pesquisas prévias em âmbito nacional e internacional (Ansara & Hindin, 2009; Fehringer & Hindin, 2009; Mathias et al., 2013; Meekers et al., 2013; Jaoko, 2010; Stenson & Heimer, 2008; Strauss, 2008; Yoshihima & Horrocks, 2010). Entretanto, a

prevalência dos casos de violência grave (7,6%) foi superior aos índices referidos por Strauss (2008; 1996; 1990), questionando a conclusão do autor de que este tipo de dinâmica violenta é um fenômeno raro. Quando considerada a violência física global cometida por homens e mulheres separadamente, os achados estão na mesma direção de estudos que contrariam a visão de que o homem é sempre agressor e a mulher a vítima (Bates et al., 2013; Bernards & Graham, 2013; Falcke et al., 2009; Oliveira & Souza, 2006), já que um alto índice de mulheres admitiu cometer violência física contra seus parceiros, não havendo diferença estatística significativa entre os grupos ($p=0.297$).

As variáveis que melhor caracterizam os sujeitos com histórico de violência física global contra o parceiro, quando comparados aos sujeitos sem histórico, foram os EIDs, mais especificadamente os esquemas de desconfiança/abuso, defectividade/vergonha, dependência/incompetência, subjugação e isolamento social. Esses achados corroboram os resultados de estudos prévios que associam os EIDs à manutenção de relacionamentos violentos, em especial os esquemas do domínio Desconexão e Rejeição (Calvete et al., 2007; Crawford e Wright, 2007; Khosravi et al., 2011; Paim et al., 2012;).

Com relação aos âmbitos que discriminam a favor dos sujeitos sem histórico de violência contra o parceiro, identificou-se a maior funcionalidade das experiências na família de origem nos seguintes aspectos: abuso físico paterno, abuso sexual, abuso físico materno, negligência física, aliança parental, estilo de decisão materno, ajustamento psicológico paterno e materno. Ressalta-se que ainda que algumas dimensões sejam nomeadas de forma a refletir experiências negativas, no FBQ, maiores escores referem-

se a melhor funcionalidade familiar, ou seja, menores índices de ocorrência dessas experiências.

As características discriminantes dos dois grupos vão ao encontro da teoria proposta por Young (1990), sendo que, para o autor, a forma como o indivíduo vivencia as relações atuais está relacionada com as experiências de satisfação emocional nas relações primárias. (Young et al., 2003). Dessa forma, quanto maior a funcionalidade familiar, menor será a chance de indivíduos manterem relações destrutivas, da mesma forma em que quanto maior a disfuncionalidade, maior a chance de perpetuação de um padrão de relacionamento abusador. Tais resultados reforçam conclusões de outros estudos que ressaltam a importância da família de origem na transmissão da violência conjugal (Milletich et al., 2010; Pournaghash-Tehrani & Feizabadi, 2009; Santos & Costa, 2004).

A insegurança nas relações íntimas é a característica principal dos esquemas de desconfiança/abuso, defecividade/vergonha e isolamento social, que fazem parte do primeiro domínio esquemático (Desconexão e Rejeição). A dificuldade de manter relações mais estáveis é explicada pela sensação de não serem aceitos e medos quanto às consequências negativas de uma relação mais íntima (Young et al., 2003). Com isso, a constante sensação de perigo desencadeia uma série de estratégias de enfrentamento defensivas, entre elas a violência. Sendo assim, é possível compreender a violência contra o parceiro íntimo como uma inabilidade de lidar com ativações emocionais oriundas dos EIDs do domínio de Desconexão e Rejeição, o que também é sugerido por outros estudos (Calvete, et al., 2007; Khosravi et al., 2011; Messman-Moore & Coates, 2007).

O esquema de desconfiança/abuso vem demonstrando evidente importância para o entendimento de

comportamentos violentos nos relacionamentos íntimos. Estudos realizados em diferentes países como Brasil, Estados Unidos e Irã mostraram-se unânimes quanto à presença desse esquema na violência conjugal (Calvete et al., 2007; Khosravi et al., 2011; Paim et al., 2012;). Nos resultados obtidos por Paim et al. (2012), o esquema de desconfiança/abuso associou-se tanto à perpetração quanto à vitimização da violência conjugal e as autoras entendem a violência como estratégia desadaptativa do esquema para lidar com ativações emocionais desencadeadas por problemas conjugais. Assim, a crença de que os outros são pouco confiáveis e que lhes farão mal intencionalmente é ativada e mantida nos relacionamentos. Os comportamentos agressivos e abusivos por parte de indivíduos podem ser uma estratégia para supercompensar o esquema (McGinn & Young, 2012).

A supercompensação do esquema, segundo Young (1990), representa tentativas primitivas infantis utilizadas pela criança para aliviar e enfrentar a dor de maus tratos precoces. Entretanto, tais estratégias são mantidas na idade adulta e, geralmente, tornam-se muito extremadas e disfuncionais, servindo como manutenção do esquema. Dessa forma, as agressões contra o cônjuge podem ser consideradas como parte de processos do esquema e acabam por manter sua validade, já que os relacionamentos disfuncionais na vida adulta tendem a repetir vivências traumáticas responsáveis pelo desenvolvimento do EID (Young & Behary, 1998).

Vivências precoces de violência física, abuso sexual e negligência são responsáveis pela a formação dos esquemas do domínio Desconexão e Rejeição, consolidando crenças negativas sobre si mesmo, sobre os outros e sobre as relações. Sensações e memórias de rejeição, abuso, abandono e privações do passado

são revividas nas relações atuais e as estratégias para lidar com intensas ativações emocionais, geralmente, são também primitivas e infantis.

Saindo do primeiro domínio esquemático, o esquema de dependência/incompetência foi o único do segundo domínio (Autonomia e Desempenho Prejudicados) que se mostrou representativo do grupo dos sujeitos com histórico de violência física contra o parceiro. O mesmo esquema também foi relacionado à perpetração da violência no estudo de Paim et al., (2012). As autoras consideram que, frente à dificuldade em resolver de forma eficaz os conflitos conjugais, o indivíduo pode passar a apresentar o comportamento violento contra o parceiro, já que quando a crença de incompetência é ativada, são desencadeadas respostas emocionais negativas, além de respostas de enfrentamento disfuncionais. Desse modo, mesmo que pareça vincular-se a comportamentos submissos devido às suas características, indivíduos com esse esquema parecem passar da passividade para a agressividade na interação interpessoal, demonstrando poucas habilidades assertivas. Essa dificuldade também é destacada no estudo citado anteriormente, pois os participantes com esquema de dependência/incompetência indicaram baixos níveis de negociação no relacionamento.

Os sujeitos com esquemas do domínio Autonomia e Desempenho Prejudicados tipicamente possuem uma família intrusiva que impede a autoconfiança da criança. Com isso, crenças de incompetência e relações emaranhadas são mantidas ao longo da vida adulta como forma de perpetuação do esquema (Young et al., 2003). Assim, a dificuldade de estabelecer uma postura autônoma pode favorecer a dinâmica abusiva, invasiva e desrespeitosa no relacionamento conjugal, incluindo o abuso físico.

Famílias em que os desejos emocionais dos pais são mais valorizados do que as necessidades e sentimentos singulares da criança são responsáveis pela formação dos esquemas do domínio Orientação para o Outro. Com o objetivo de obter aprovação, amor, aceitação ou mesmo aliviar a dor dos cuidadores, as crianças aprendem a colocar o foco nos sentimentos e respostas dos outros (Young et al., 2003). Apenas o esquema de subjugação desse domínio foi considerado variável discriminante dos grupos, caracterizando os sujeitos com histórico de comportamentos violentos contra o parceiro. Esse esquema diz respeito a uma entrega excessiva de controle aos outros, incluindo o cônjuge, pois há um medo de retaliação. Sendo assim, a passividade, evitando demonstrar opiniões e necessidades, é utilizada para não gerar emoções negativas nas outras pessoas (Young, 1990). A falta de estratégias de negociação de indivíduos com o esquema de subjugação foi apontada no estudo de Paim et al., (2012), o que pode ser explicado pela falta de assertividade e dificuldade de expressão das necessidades que devem ser atendidas pelo companheiro. A percepção de que seus próprios desejos, opiniões e sentimentos não são válidos ou importantes para o outro, possivelmente, estabelece a insatisfação nos relacionamentos íntimos. McGinn & Young (2012) destacam que a insatisfação leva ao desenvolvimento de raiva que é manifestada em sintomas disfuncionais, tais como comportamento passivo-agressivo e explosões descontroladas. Além disso, Young et al. (2003) consideram que o esquema de subjugação pode ser um esquema secundário, ou seja, formado para lidar com crenças e ativações emocionais de esquemas dos primeiros domínios. Sendo assim, é possível pensar que o esquemas de desconfiança/abuso, defectividade/vergonha, isolamento social e dependência/incompetência também podem estar presentes nesses indivíduos.

Os achados reforçam os resultados de pesquisas anteriores que destacam a relação de vivências abusivas na infância com a violência conjugal (Crawford & Wright, 2007; Messman-Moore & Coates, 2007; Simons et al., 2012; Straus & Gelles, 1990). Na mesma direção, os resultados demonstraram que uma maior funcionalidade da família de origem quanto à ausência de abuso físico paterno, abuso físico materno, abuso sexual e negligência física aparecem como características discriminantes a favor dos sujeitos sem histórico de violência.

A dimensão de aliança parental do FBQ refere-se às regras ou instruções que os pais, como subsistema, direcionam aos filhos e a capacidade de resolução de conflitos em conjunto do casal. Essa dimensão caracteriza preponderantemente os sujeitos sem histórico de violência, pois uma maior aliança, ausência de violência entre os pais e maior alinhamento frente aos direcionamentos e instruções aos filhos pode deixar a criança mais segura do seu desempenho fora da família, reforçando ideias de competência. Comportamentos violentos entre os pais, presente na dimensão de aliança parental, também poderiam servir como exemplo de incapacidade de resolver conflitos de forma adaptativa ou assertiva. Desta forma, os filhos que não são expostos à hostilidade interparental tem menor probabilidade de vivências violentas nos relacionamentos amorosos, como confirmam estudos prévios (Milletich et al., 2010; Pournaghash-Tehrani & Feizabadi, 2009; Santos & Costa, 2004; Renner & Slack, 2006; Simons et al., 2012).

Seguindo a mesma perspectiva, os resultados sugerem que um maior ajustamento emocional parental é uma variável que caracteriza o grupo sem histórico de violência, sendo que a ausência de dificuldades emocionais dos pais podem explicar uma maior atenção às

necessidades da criança. Além disso, uma maior funcionalidade no estilo de decisão materno, que contempla a sensação de ter se sentido escutado e validado nas suas atitudes e opiniões na infância, também caracterizou o mesmo grupo. Desta forma, pais funcionais, estáveis, coerentes e ajustados psicologicamente, que consigam dar atenção às necessidades e sentimentos dos filhos, são fundamentais para o desenvolvimento de adultos que conseguem validar suas próprias necessidades e buscar o atendimento das mesmas com estratégias adequadas de resolução de conflitos nos relacionamentos amorosos, protegendo-os contra a utilização de estratégias violentas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa, foi possível descrever um perfil discriminante dos sujeitos que apresentam histórico de violência física na relação atual em comparação aos que não apresentam. Os achados são importantes para uma maior compreensão de variáveis que explicam a violência física contra o parceiro íntimo.

Os resultados encontrados corroboraram os dados de estudos prévios, realizados em âmbito internacional, que consideram os EIDs como variáveis associadas à manutenção de relacionamentos violentos. A maior presença de EIDs do primeiro domínio esquemático para explicar a violência física contra o parceiro íntimo deve ser destacada, pois reforça a perspectiva de que o comportamento violento nas relações conjugais pode ser uma estratégia de enfrentamento disfuncional para lidar com crenças e ativações emocionais decorrentes do domínio de Desconexão e Rejeição. Assim, a dificuldade de estabelecer vínculos seguros e a sensação de perigo iminente frente à relação conjugal podem ser manifestadas em forma de agressões físicas contra o parceiro.

Outro aspecto a ser considerado como conclusão do presente estudo diz respeito à importância de experiências primárias de funcionalidade da família de origem para o desenvolvimento de adultos com relacionamentos não violentos, o que reforça teorias já existentes, incluindo a de Young (1999). Foi possível concluir que famílias que apresentam maior funcionalidade protegem os filhos de experiências abusivas contra o parceiro íntimo na vida adulta. Indivíduos que não perpetram a violência no relacionamento conjugal têm recordações de maior funcionalidade parental referente aos cuidados quanto às necessidades físicas e emocionais na infância. Além disso, a maior estabilidade emocional dos pais e da relação conjugal dos mesmos também parecem proteger os filhos quanto à violência física conjugal.

Com isso, é possível elaborar medidas preventivas com maior precisão, considerando as necessidades emocionais básicas da infância e focalizando na educação, apoio e atendimento aos pais, visando uma maior funcionalidade familiar. Além disso, os tratamentos terapêuticos para casais em situação de violência devem estar baseados em intervenções que vão além dos comportamentos violentos, mas que enfoquem também nas crenças oriundas dos esquemas, especialmente os de desconfiança/abuso, defecividade/vergonha, isolamento social, dependência/incompetência e subjugação. As técnicas da Terapia do Esquema tornam-se necessárias, nesse sentido, para complementar protocolos de intervenções para casais em situação de violência.

REFERÊNCIAS

- Alvim, S. F., & Souza, L. (2005). Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores. *Psicologia: Teoria e Prática*, 7(2), 171-206.
- Recuperado de <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/1041>
- Ansara, D. L., & Hindin, M. J. (2009). Perpetration of Intimate partner aggression by men and women in the Philippines: prevalence and associated Factors. *Journal of Interpersonal Violence*, 24(9), 1579-1590. doi: 10.1177/0886260508323660
- Bates, E. A., Graham-Kevan N., & Archer J. (2013). Testing predictions from the male control theory of men's partner violence. *Aggression and Violent Behavior*, 22 (6). doi: 10.1002/ab.21499
- Bernards S., & Graham K. (2013). The cross-cultural association between marital status and physical aggression between intimate partners. *Journal of Family Violence*. 1:28 (4), 403-418. doi: 10.1007/s10896-013-9505-1
- Boyle, D. J., O'Leary, K. D., Rosenbaum, A., & Hassett-Walker, C. (2008). Differentiating between generally and partner-only violent subgroups: Lifetime antisocial behavior, family of origin violence, and impulsivity. *Journal of Family Violence*, 23(1), 47-55. doi: 10.1007/s10896-007-9133-8
- Calvete, E., Estévez, A., & Corral, S. (2007). Intimate partner violence and depressive symptoms in women: Cognitive schemas as moderators and mediators. *Behavior Research and Therapy*, 45(4), 791-804. doi: 10.1016/j.brat.2006.07.006
- Cazassa, M., & Oliveira, M. (2008). Terapia focada em esquemas: Conceituação e pesquisas. *Revista de Psiquiatria Clínica*. 35(5), 187-195. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-60832008000500003>
- Cecero, J. J., & Young, J. E. (2001). Case of Silvia: A schema-focused approach. *Journal of Psychotherapy Integration*, 11(2), 217-229. doi: 10.1023/A:1016657508247
- Coker A. L., Smith P. H., McKeown, R. E., & PhD, & King, M. J. (2000). Frequency and correlates of intimate partner vio-

- lence by type: physical, sexual, and psychological battering. *American Journal of Public Health*. 90 (4), 553-559. doi: 10.2105/ajph.90.4.553
- Crawford, E., & Wright, M. O. (2007). The impact of childhood psycho- logical maltreatment on interpersonal schemas and subsequent experiences of relationship aggression. *Journal of Emotional Abuse*. 7(2), 93-116. doi: 10.1300/J135v07n02_06
- Falcke, D., Oliveira, D. Z., Rosa, L. W., & Bentancur, M. (2009). Violência conjugal: um fenômeno interacional. *Contextos Clínicos*, 2(2), 81-90. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822009000200002&lng=pt&tlng=pt
- Falcke, D. (2003). *Águas passadas não movem moinhos? As experiências na família de origem como predictoras da qualidade do relacionamento conjugal*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Fang, X., & Corso, P. S. (2008). Gender differences in the connections between violence experienced as a child and perpetration of intimate partner violence in young adulthood. *Journal of Family Violence*, 23(5), 303-313. doi: 10.1007/s10896-008-9152-0
- Fang, X., & Corso, P. S. (2007). Child maltreatment, youth violence, and intimate partner violence. *American Journal of Preventive Medicine*, 33(4), 281-290. doi: 10.1016/j.amepre.2007.06.003
- Fehringer, J. A., & Hindin, M. J. (2009). Like Parent, Like Child: Intergenerational transmission of partner violence in Cebu, the Philippines. *Journal of Adolescent Health*, 44(4), 363-371. doi:10.1016/j.jadohealth.2008.08.012
- Fergusson, D. M., Boden, J. M., & Horwood, L. J. (2006). Examining the intergenerational transmission of violence in a New Zealand birth cohort. *Child Abuse and Neglect*, 30(2), 89-108. doi: 10.1016/j.chiabu.2005.10.006
- Jaoko, J. (2010). Correlates of wife abuse in the Maseno and Nairobi areas of Kenya. *International Social Work*, 53(1), 9-18. doi: 10.1177/0020872809348864
- Johnson, M. P., & Ferraro, K. J. (2000). Research on domestic violence in the 1990s: Making distinctions. *Journal of Marriage and the Family*. 62 (4), 948-963. Recuperado de <http://www.jstor.org/stable/1566718>
- Godbout, N., Dutton, D. G., Lussier, Y., & Sabourin, S. (2009). Early exposure to violence, domestic violence, attachment representations, and marital adjustment. *Personal Relationships*, 16(3), 365- 384. doi: 10.1111/j.1475-6811.2009.01228.x
- Kerley, K. R., Xu, X. H., Sirisunyaluck, B., & Alley, J. M. (2010). Exposure to family violence in childhood and intimate partner perpetration or victimization in adulthood: Exploring intergenerational transmission in urban Thailand. *Journal of Family Violence*, 25(3), 337-347. doi: 10.1007/s10896-009-9295-7
- Kernsmith, P. (2006). Gender differences in the impact of family of origin violence on perpetrators of domestic violence. *Journal of Family Violence*, 21(2), 163-171. doi: 10.1007/s10896-005-9014-y
- Khosravi, Z., Attari, A., & Rezaei, S. (2011). Intimate partner violence in relation to early maladaptive schemas in a group of outpatient Iranian women. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*. 30, 1374-1377. doi:10.1016/j.sbspro.2011.10.266
- Mathias, A. R. A., Bedone, A. J., Osis, M. J. D., & Fernandes, A. M. S. (2013). Prevalência da violência praticada por parceiro masculino entre mulheres usuárias da rede primária de saúde do Estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstet- rícia*, 35(4), 185-191. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032013000400009&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S010-72032013000400009

- McGinn, L. K., & Young, J. E. (2012). Terapia Focada no Esquema. In Salkovskis, P. M. (Ed.), *Fronteiras da Terapia Cognitiva* (pp.179-200). São Paulo: Casa do Psicólogo
- Meekers D., Pallin P., & Hutchinson P. (2013). Intimate partner violence and mental health in Bolivia. *BMC Women's Health*, 13 (06) 13-28. doi: 10.1186/1472-6874-13-28
- Melchert, T. (1998). Testing the validity of an instrument for assessing family of origin history. *Journal of Clinical Psychology*, 54(7), 863-875. doi: 10.1002/(SICI)1097-4679(199811)
- Messman-Moore, T. L., & Coates, A. A. (2007). The Impact of childhood psychological Abuse on adult Interpersonal conflict: the role of early maladaptive schemas and patterns of interpersonal behavior. *Journal of Emotional Abuse*. 7(2), 75-92. doi: 10.1300/J135v07n02_05
- Milletich, R. J., Kelley, M. L., Doane, A. N., & Pearson, M. R. (2010). Exposure to interparental violence and childhood physical and emotional abuse as related to physical aggression in undergraduate dating relationships. *Journal of Family Violence*, 25(7), 627-637. doi: 10.1007/s10896-010-9319-3
- Milner, J. S., Thomsen, C. J., Crouch, J. L., Rabenhorst, M. M., Martens, P. M., Dyslin, C. W., ... Merrill, L. L. (2010). Do trauma symptoms mediate the relationship between childhood physical abuse and adult child abuse risk? *Child Abuse and Neglect*, 34(5), 332-344. doi: 10.1016/j.chiabu.2009.09.017
- Moraes, C. L., Hasselmann, M. H., & Reichenheim, M. E. (2002). Adaptação transcultural para o português do instrumento "Revised Conflict Tactics Scales (CTS2)" utilizado para identificar violência entre casais. *Cadernos de Saúde Pública*. 18(1), 163-176. Recuperado de [http:// dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2002000100017](http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2002000100017)
- Oliveira, D.C., & Souza, L. (2006). Gênero e violência conjugal concepções de psicólogos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6 (2), 34-50. Recuperado de <http://www.revispsi.uerj.br/v6n2/artigos/pdf/v6n2a04.pdf>
- Organização Mundial da Saúde (2005) *Violência Contra a Mulher*. Geneva, WHO. Disponível em <http://www.who.int/en/>. Acesso em: maio de 2011.
- Paim, K., Madalena M., & Falcke, D. (2012). Esquemas iniciais desadaptativos na violência conjugal. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*. 8(1), 31-39. Recuperado de http://www.rbtc.org.br/detalhe_resumo.asp?id=155
- Pournaghash-Tehrani, S., & Feizabadi, Z. (2009). Predictability of physical and psychological violence by early adverse childhood experiences. *Journal of Family Violence*. 24(6), 417-422. doi: 10.1007/s10896-009-9245-4
- Renner, L. M., & Slack, K. S. (2006). Intimate partner violence and child maltreatment: Understanding intra- and inter-generational connections. *Child Abuse and Neglect*, 30(6), 599-617. doi: 10.1016/j.chiabu.2005.12.005
- Rijo, D., & Pinto Gouveia, J. (1999). A new instrument for the assessment of early maladaptive schemas. Poster presented to the Society for Psychotherapy Research 30th Annual Meeting, Braga.
- Santos, L. V., & Costa, L. F. (2004). Avaliação da dinâmica conjugal violenta e suas repercussões sobre os filhos. *Psicologia: Teoria e Prática*, 6(1), 59-72. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&id=S1516-36872004000100005
- Simons L. G., Simons R. L., Lei, M. K., Hancock D. L. & Fincham F. D. (2012). Parental Warmth Amplifies the Negative Effect of Parental Hostility on Dating Violence. *Journal of Interpersonal Violence*. 2 (13), 2603-2626. doi: 10.1177/0886260512436387
- Stenson, K., & Heimer, G. (2008). Prevalence of Experiences of Partner Violence among Female Health Staff: Relevance to Awareness and Action When Meeting Abused Women Patients. *Women's Health Issues*, 18(2), 141-149. doi: 10.1016/j.whi.2007.12.003

- Strauss M. A. (2008). Dominance and symmetry in partner violence by male and female university students in 32 nations. *Children and Youth Services Review* 30 (10) 252–275. doi: 10.1016/j.chilyouth.2007.10.004
- Straus, M. A., Hamby, S. L., Boney-McCoy, S., & Sugarman, D. B. (1996). The revised Conflict Tactics Scales (CTS2): Development and preliminary psychometric data. *Journal of Family Issues*, 17(3), 283-316. DOI: 10.1177/019251396017003001
- Straus, M. A. (1990). The National Family Violence Surveys. In Straus M. A. & Gelles R. J. (Eds.), *Physical violence in American families: risk factors and adaptations to violence in 8145 families* (pp. 3–16). New Brunswick: Transaction Publishers.
- Straus, M. A., & Gelles, R. J. (1990). *Physical violence in american families: risk factors and adaptations to violence in 8,145 families*. New Brunswick, NJ: Transaction.
- Yoosefi, N., Etemadi, O., Bahrami, F., Fatehizade, M. A., & Ahmadi, S. A. (2010). An investigation on early maladaptive schema in marital relationship as predictors of divorce. *Journal of Divorce e Remarriage*, 51(5), 269-292. DOI: 10.1080/10502551003651951
- Yoshihima, M., & Horrocks, J. (2010). Risk of intimate partner violence: Role of childhood sexual abuse and sexual initiation in women in Japan. *Children and Youth Services Review*, 32(1), 28-37. doi: 10.1016/j.chilyouth.2009.06.013
- Young, J. E., Klosko, J. S., & Weishaar, M. E. (2003). *Schema therapy: A practitioner's guide*. New York: Guilford Press.
- Young, J. E., & Behary, W. T. (1998). Schema-focused therapy for personality disorders. In Tarrier, N., Wells, N., & Haddock, G. (Eds.), *Treating complex cases: The cognitive behavioural approach* (pp. 340-376). New York: John Wiley & Sons.
- Young, J. E. (1990). *Cognitive therapy for personality disorders: A schema-focused approach*. Sarasota, FL: Professional Resource Press.
- Wang, M., Horne, S. G., Holdford, R., & Henning, K.R. (2008). Family of origin violence predictors of IPV by two types of male offenders. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 17(2), 156-174. doi: 10.1080/10926770802355915
- Wareham, J., Boots, D. P., & Chavez, J. M. (2009). A test of social learning and intergenerational transmission among batterers. *Journal of Criminal Justice*, 37(2), 163-173. doi: 10.1016/j.jcrimjus.2009.02.011
- Weisbart, C. E., Thompson, R., Pelaez-Merrick, M., Kim, J., Wike, T., Briggs, E., ... Dubowitz, H. (2008). Child and adult victimization: Sequelae for female caregivers of high-risk children. *Child Maltreatment*, 13(3), 235-244. doi: 10.1177/1077559508318392

Recebido em 2 de agosto de 2015
 Revisado em 28 de setembro de 2015
 Aceito em 5 de fevereiro de 2016